



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Secretaria Especial de Previdência e Trabalho  
Subsecretaria de Assuntos Corporativos  
Coordenação-Geral de Apoio aos Órgãos Colegiados

**ATA**

**277ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL  
DE PREVIDÊNCIA SOCIAL  
- CNPS -**

Videoconferência

**Brasília, 25 de fevereiro de 2021**



## ATA DA 277ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

**DATA:** 25 de fevereiro de 2021

**LOCAL:** Microsoft *Teams* – Videoconferência

### PRESENCAS

<b>Representantes do Governo</b>	<b>Representantes dos Trabalhadores em Atividade</b>
SEPRT/ME – Bruno Bianco Leal	UGT – Natal Léo
SPREV/ME – Naron Gutierrez Nogueira	CUT – Ariovaldo de Camargo
SPREV/ME – Rogério Nagamine Costanzi	CONTAG – Evandro José Morello
INSS – Leonardo José Rolim Guimarães	CTB – Fernando Antônio Duarte Dantas
INSS – Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro	
SEPRT/ME – Benedito Adalberto Brunca	
SPE/ME – Bernardo Borba de Andrade	
IPEA/ME – Luis Henrique da Silva Paiva	

<b>Representantes dos Aposentados e Pensionistas</b>	<b>Representantes dos Empregadores</b>
CSB – Bartolomeu Evangelista de França	CNI – Rafael Ernesto Kieckbusch
COBAP – Obede Muniz Teodoro	CNF – Ênio Mathias Ferreira
CONTAG – Edjane Rodrigues Silva	CNM – Antônio Mário Rattes de Oliveira
SINDNAPI/FS – Milton Baptista de Souza Filho	CNA – Carolina Carvalhais Viera de Melo
	CNA – Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio

<b>Convidados</b>	
SPREV/SEPRT – Elvis Gallera	ASCOM/INSS – Bruno Dantas
DATAPREV – Ubiramar Mendonça	ANEPS – Edison João Costa
ABBC – Alex Sander Gonçalves	ANEPS – João Batista Marques
FEBRABAN – Amaury Martins de Oliva	ANEPS – Wesley Santos Cambui
ITAÚ-UNIBANCO – Kleber Teba	SINDANEPS – Hamilton Walter Avelar Xavier
CGEPR/SRGPS – Andrea Velasco Rufato	SINDINAPI/FS – Tônia Galletti
INSS – Silvana Socorro Machado	UGT – Canindé Pegado
ASCOM/ SEPRT – Renata Brumado	



## **1 I – ABERTURA**

2 Presidindo a mesa, o Sr. Benedito Adalberto Brunca, abriu a 277ª Reunião Ordinária do Conselho  
3 Nacional de Previdência Social – CNPS. Na ocasião, registrou o falecimento do Sr. Francisco Maia  
4 Farias, conselheiro titular do CNPS, representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens,  
5 Serviços e Turismo – CNC. Lamentou profundamente a perda e registrou as condolências a todos os  
6 familiares. O Sr. Evandro José Morello também externou suas condolências em nome de todos os  
7 conselheiros.

## **8 II – EXPEDIENTE**

9 O Sr. Presidente colocou em aprovação as Atas da 275ª e da 276ª Reuniões Ordinárias do CNPS,  
10 realizadas nos dias 26 de novembro e 10 de dezembro de 2020, respectivamente. Havendo a  
11 concordância de todos, as Atas foram aprovadas à unanimidade.

## **12 III – ORDEM DO DIA**

13 O Sr. Benedito Adalberto Brunca socializou a pauta da reunião, sendo estabelecida: I – Abertura –  
14 Registro do falecimento do conselheiro Francisco Maia Farias, representante da Confederação  
15 Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC no CNPS. II – Expediente: Aprovação das  
16 Atas da 275ª e da 276ª Reuniões Ordinárias do CNPS. III – Ordem do Dia: a) Situação atual do  
17 atendimento pelo INSS e Perícia Médica Federal; Palestrantes: Sr. Leonardo José Rolim Guimarães  
18 – Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Narlon Gutierre Nogueira – Secretário de  
19 Previdência (SPREV/SEPRT); b) Atualização da evolução das disfunções do tema crédito  
20 consignado; Palestrante: Sr. Leonardo José Rolim Guimarães – Presidente do INSS; c)  
21 Autorregulação de Operações de Crédito Consignado; Palestrante: Ênio Mathias Ferreira –  
22 Representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras no CNPS; d) Temas para  
23 deliberação sobre crédito consignado relativos a: (i) Manutenção do Prazo de 30 dias, após a  
24 concessão do benefício, para desbloquear acesso ao crédito consignado; e (ii) Manutenção da  
25 elevação da margem de 35%, alterada pela Medida Provisória nº 1.006, com sugestão de que possa  
26 ser incorporada tal alteração na tramitação da referida MP no Congresso Nacional; Palestrante: Natal  
27 Léo – representante da União Geral dos Trabalhadores no CNPS; e, e) Revalidação da ampliação do  
28 prazo para cadastramento dos descontos em folha dos associados nos benefícios previdenciários;  
29 Palestrante: Obede Muniz Teodoro – representante da Confederação Brasileira de Aposentados e  
30 Pensionistas no CNPS. IV – Informes. V – Encerramento. Iniciando a pauta, o Sr. Presidente convidou  
31 o Sr. Leonardo Rolim para a apresentação sobre a situação atual do atendimento pelo INSS e Perícia



32 Médica Federal. Com a palavra, o Presidente do INSS, saudou a todos e iniciou lembrando que a  
33 reabertura das agências do INSS ocorreu no dia 14 de setembro de 2020, com o atendimento sendo  
34 realizado em 420 agências, chegando à marca de 733 agências em funcionamento no dia 30 de  
35 setembro. Falou que, desde então, o número de agências em funcionamento vem aumentando,  
36 chegando a 1.205 das 1.562 agências existentes. Explicou que a não abertura de todas as agências  
37 se dá pelo fato de que essas ainda não atingiram todos os requisitos do protocolo de segurança  
38 sanitária ou estão com o número deficitário de servidores, mas destacou que, nesses casos  
39 específicos, o INSS tem buscado soluções, fazendo o remanejamento de servidores, medida que tem  
40 sido eficiente e eficaz para que mais agências possam ser reabertas. Informou que os serviços  
41 realizados remotamente também estão sendo bastante eficazes na medida em que estão evitando o  
42 deslocamento das pessoas até as agências, operando em horário reduzido, evitando com isso  
43 aglomerações. Falou que, para as atividades que necessitam ser presenciais, como a perícia médica  
44 e a avaliação social, estão sendo feitos agendamentos programados e destacou a eficiência das  
45 medidas adotadas, uma vez que o número de contaminação dos servidores segue extremamente  
46 baixo. Explicou que o INSS está adotando os critérios e restrições impostas por estados e municípios,  
47 a fim de que os protocolos sejam obedecidos. Concluindo, disse que o INSS está lançando mais um  
48 serviço, a prova de vida digital e lembrou que a não-obrigatoriedade para os segurados foi prorrogada  
49 até o mês de abril. Informou que, as pessoas que possuem biometria facial pelo título de eleitor ou  
50 pela carteira de motorista, é possível a realização da prova de vida pelo celular, através do aplicativo  
51 “Meu gov.br”. Na sequência, o Sr. Narlon Gutierrez Nogueira saudou a todos e iniciou sua  
52 apresentação informando que, no momento, o país conta com 576 agências com peritos médicos e  
53 aptas a realizar perícias, número que representa 80% das agências com peritos lotados. Elencou que  
54 já foram realizadas cerca de 1.200.000 perícias desde a reabertura em 14 de setembro e, pontuou  
55 que a capacidade operacional está em torno de 23 mil perícias/dia, considerando os dois mil peritos  
56 nas agências e os mil que continuam em trabalho remoto por fazerem parte do grupo de risco.  
57 Todavia, considerando o não-comparecimento dos segurados, as perícias efetivamente realizadas,  
58 estão ficando na ordem de 20 mil perícias diárias. Informou que, devido ao período de festas de final  
59 de ano, e o grande volume de servidores que gozam férias nesse período, o tempo de espera, para  
60 agendamento, teve um leve aumento, mas afirmou que é uma sazonalidade que ocorre anualmente,  
61 em virtude da redução da capacidade operacional e o agravamento causado pela pandemia, devendo  
62 tudo voltar à normalidade. Ressaltou que, mesmo assim, 70% dos agendamentos para a realização  
63 de perícias permanecem abaixo dos 45 dias. Solicitando a palavra, o Sr. Natal Léo indagou sobre a



64 situação dos segurados que residem longe das localidades que possuem agências do INSS com  
65 peritos. Em resposta, o Sr. Narlon Gutierre informou que estão sendo realizadas reuniões juntamente  
66 com a Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal e com a Procuradoria-Geral da Fazenda  
67 Nacional (PGFN), buscando construir soluções, como a edição de uma portaria, objetivando destravar  
68 as limitações que existem e que impedem o deslocamento de pessoal para atender às localidades  
69 mais distantes. Com a palavra, o Sr. Evandro Morello sugeriu a realização de um mutirão, com  
70 agendamento prévio e data específica, para que os peritos sejam deslocados para essas localidades  
71 desassistidas, e perguntou sobre os resultados da perícia por tele atendimento. De pronto, o Sr.  
72 Narlon Gutierre explicou que as medidas são justamente na tentativa de viabilizar os mutirões, mas  
73 lembrou que para isso, é necessária uma logística que compense o deslocamento, além de medidas  
74 compensatórias para aqueles peritos que aceitarem o desafio. Quanto ao projeto-piloto da  
75 Telemedicina, esclareceu que foi encerrado no mês de janeiro com uma demanda muito baixa, apesar  
76 de todo o esforço empreendido para a sua realização. Comungou que 11 empresas aderiram ao  
77 projeto, mas durante todo o período, foram realizadas apenas 300 perícias em seus empregados e  
78 apenas uma foi realizada pelo modelo da Telemedicina. Explicou que, após o encerramento do  
79 projeto, foi enviado um relatório ao TCU descrevendo a experiência, contudo, enfatizou que o projeto  
80 não está descartado a médio e longo prazo, mas que precisará ser repensado para que ele entregue  
81 uma maior efetividade. Em seguida, o Sr. Natal Léo perguntou se existe a possibilidade de  
82 terceirização do serviço de peritos médicos. O Sr. Narlon Gutierre respondeu que não existe essa  
83 possibilidade, visto que é um serviço exclusivo da categoria com atribuições em lei, deste modo, o  
84 melhor caminho é o aperfeiçoamento do serviço para que os gargalos sejam superados. Contribuindo  
85 para o debate, o Sr. Ariovaldo de Camargo perguntou sobre a possibilidade de reposição, ou mesmo  
86 a ampliação do quadro de funcionários, para oferecer maior agilidade e melhor atendimento. Em  
87 resposta, o Sr. Narlon Gutierre lembrou que no ano de 2020, o INSS realizou a contratação de peritos  
88 médicos aposentados por tempo determinado, porém, a adesão foi muito baixa, não chegando a 150  
89 inscritos. Explicou ainda que uma contratação definitiva não se justifica, visto que o problema com  
90 atendimento da perícia médica é pontual e uma contratação definitiva irá estabelecer um vínculo  
91 vitalício. Concluiu informando que o INSS está tentando agilizar a vacinação dos peritos com idade  
92 acima de 60 anos para que, estando imunizados, possam retornar ao atendimento presencial,  
93 ajudando a suprir a demanda da população. Em sua contribuição, o Sr. Fernando Antônio Duarte  
94 Dantas aduziu que a ideia de se terceirizar peritos não pode ser descartada em virtude dos problemas  
95 enfrentados no passado, porque o momento atual tem um contexto diferente e salientou ser preciso



96 ter prudência e analisar outras formas para agilizar as perícias, levando em consideração a  
97 necessidade dos trabalhadores. Em resposta, o Sr. Narlon Gutierre enfatizou que existe um conjunto  
98 de medidas sendo desenvolvidas para agilizar o atendimento, tais como a imunização dos peritos do  
99 grupo de risco, o modelo do mutirão com deslocamento dos peritos, além de outras ações que estão  
100 em gestação interna que poderão vir a ser apresentadas na próxima reunião do conselho. Não  
101 havendo mais questionamentos, o Sr. Presidente convidou o Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro  
102 para abordar o próximo ponto de pauta “Atualização da evolução das disfunções do tema crédito  
103 consignado”. Com a palavra, o Sr. Alessandro Roosevelt iniciou informando que o INSS realizou  
104 várias reuniões com o a equipe da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON), com os Instituto  
105 de Defesa do Consumidor (PROCONs) e do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, discutindo  
106 pontos específicos sobre a questão do crédito consignado. Na sequência, demonstrou que, em  
107 2010/2011, 80% das reclamações recebidas eram relacionadas à portabilidade de consignados,  
108 sendo que, em 2016, esse número caiu para em torno de 8,7%. Destacou que no ano de 2020, houve  
109 um exponencial aumento nas reclamações relacionadas ao crédito consignado, principalmente sobre  
110 os procedimentos de algumas instituições financeiras que estavam atuando em desacordo com o  
111 regramento. A partir desses dados, foi iniciado um trabalho de monitoramento e acompanhamento  
112 junto aos PROCONs, onde foram identificadas algumas discrepâncias em relação ao vazamento de  
113 informações. Falou que, após a identificação dessa anomalia, o INSS começou a trabalhar com a  
114 Polícia Federal, realizando ações de combate, identificando os tipos de benefícios e que tipos de  
115 informações estavam sendo vazadas para bancos e instituições financeiras e, após a identificação  
116 dessas informações, foi realizado o cadastramento de todos os servidores com acesso aos sistemas  
117 GAT e SUIBE. Informou que o próximo passo será remapear todas as instituições financeiras, bem  
118 como as pessoas de fora do INSS que possuem acesso a essas informações. Acrescentou que parte  
119 dessas informações, que acabam gerando o contato direto com os aposentados, são através dos  
120 dados telefônicos ou e-mails contidos no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) ou GAT.  
121 Explicou que o segundo passo do processo, a ser realizado juntamente aos PROCONs, será a análise  
122 das pessoas que estão recebendo informação e fazendo essas ligações, mapeando as localidades,  
123 as “pastinhas” e as instituições financeiras, para que haja o posterior bloqueio desses órgãos. Por  
124 fim, aduziu que a terceira medida que está sendo discutida juntamente com a SENACON, é o ingresso  
125 das instituições de desconto de consignado no programa de autorregulação, para que haja um melhor  
126 acompanhamento pela Associação Brasileira de Bancos (ABBC) e Federação Brasileira de Bancos  
127 (FEBRABAN). Finalizada a apresentação e não havendo perguntas, o Sr. Presidente instou o próximo



ponto de pauta “Autorregulação de Operações de Crédito Consignado”. Fazendo uso da palavra, Sr. Ênio Mathias Ferreira agradeceu a inclusão do tema na pauta da reunião e informou que a ideia é apresentar alguns pontos referentes a autorregulação, e explicou que a apresentação será feita pelos Srs. Alex Sander Gonçalves, membro do Comitê Gestor de Autorregulação do Consignado da ABBC; Kleber Teba, Diretor da Comissão Executiva de Crédito Consignado da FEBRABAN; e pelo Sr. Amaury Martins de Oliva, Diretor de Relações com o Consumidor e Autorregulação da FEBRABAN, a quem passou a palavra. Com a palavra, o Sr. Amaury Martins iniciou esclarecendo que a FEBRABAN, bem como os Bancos Associados à ABBC, não compactua com más-práticas e estão empenhando-se para coibir qualquer ato que viole os direitos dos consumidores e, destacou que uma das iniciativas foi a criação do sistema de autorregulação. Aduziu que a iniciativa foi amplamente discutida no ano de 2019, juntamente com a Secretaria de Previdência, Secretaria Nacional do Consumidor, Banco Central, INSS e DATAPREV e que, com base na demanda dos consumidores e nas preocupações das autoridades do próprio setor, surgiu a discussão de um conjunto de medidas que culminaram na autorregulação do consignado. Salientou que o mercado viu com bons olhos a iniciativa, tanto que 99% do mercado de consignado do país aderiu voluntariamente ao modelo e, sugeriu que essa adesão passasse a ser obrigatória para as instituições conveniadas ao INSS, a fim de se alcançar o 1% do mercado que ainda não aderiu ao sistema de autorregulação. Destacou que os objetivos principais do sistema são o fortalecimento do mercado, maior transparência, aperfeiçoamento da oferta de consignado aos consumidores brasileiros, combate ao assédio comercial por parte dos canais que distribuem esse produto e coibir rapidamente as más-condutas. Pontuou que a Autorregulação do Crédito Consignado entrou em vigor em janeiro de 2020, sendo composto por uma convenção, um correlato e um anexo contendo as sanções. Prosseguindo, elencou as principais medidas implementadas: (i) não me perturbe: criação e disponibilização de serviço centralizado ao consumidor para o bloqueio do recebimento de ligações para oferta de consignado; (ii) Base consolidada de correspondentes: IFs – Instituições Financeiras, fornecem mensalmente informações para a apuração de indicadores de qualidade do CORBAN (reclamações e ações judiciais procedentes), que estão disponíveis para consulta pública na internet; (iii) avaliação dos CORBANs por consultoria independente: intensificação do trabalho, para avaliação de aspectos de governança, tecnologia e, também, sobre a gestão de dados de clientes e o nível de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/18); (iv) aspectos de remuneração ao correspondente – não pagamento sobre operações de portabilidade de consignado ou o refinanciamento dela decorrente em até 360 dias da data do negócio, assim como a vedação da



160 antecipação da remuneração para essas operações; (v) informações mínimas na contratação: IFs  
161 devem enviar ao cliente informações mínimas sobre a operação contratada (nome da IF, data e  
162 número do contrato, canais de relacionamento da IF, valor do empréstimo, quantidade e valor de  
163 parcelas); (vi) certificação: exigência a todos os integrantes da equipe que prestem atendimento,  
164 realizem encaminhamento ou digitem propostas de operações de consignado; (vii) direito de  
165 desistência da operação pelo consumidor, em até 7 dias úteis a contar do recebimento do crédito,  
166 devendo ser restituído o valor total concedido que lhe foi entregue; e (ix) regras gerais aplicáveis na  
167 oferta do cartão de crédito consignado (nova seção implementada). Logo após, elencou as medidas  
168 administrativas aplicáveis contra os CORBANs, fruto de diálogo com a Secretaria Nacional do  
169 Consumidor, PROCONs e com a Defensoria Pública, sendo elas: (i) advertência; (ii) suspensão de  
170 contratação de novas operações por 5 dias úteis; (iii) suspensão de contratação de novas operações  
171 por 10 dias úteis; (iv) suspensão de contratação de novas operações por 20 dias úteis; (v) suspensão  
172 de contratação de novas operações por 30 dias úteis; e (vi) suspensão definitiva de contratação de  
173 novas operações. Falou que as sanções para as Instituições financeiras levaram em consideração a  
174 gravidade e o porte da instituição, indo de advertência, multa (os valores serão definidos conforme o  
175 porte da IF e a gravidade da infração; e a exclusão do sistema de autorregulação. Falando da  
176 autorregulação do cartão consignado, comungou que houve um amplo diálogo com a SENACON e,  
177 a partir desse trabalho, a Instituição elaborou nota técnica mapeando as principais demandas e  
178 reclamações de consumidores. Com o trabalho em mãos, falou que a SENACON desenvolveu, e  
179 aperfeiçoou, o compromisso de autorregulação estabelecendo um conjunto de medidas: a) medidas  
180 de autorregulação: aperfeiçoamento da oferta, transparência e informação; (i) envio obrigatório do  
181 plástico do cartão; (ii) envio obrigatório de fatura, com informações essenciais mínimas em destaque;  
182 (iii) utilização do Termo de Consentimento Esclarecido (moldes INSS) em todas as contratações; (vi)  
183 envio, no ato da contratação do cartão, de material informativo para melhor compreensão do produto;  
184 (v) limitação do prazo previsto para liquidação do saldo conforme praticado no Empréstimo  
185 Consignado; (vi) amortização mensal constante e de mesmo valor (não havendo nova utilização de  
186 compra ou saque); (vii) inclusão de exemplificação gráfica do cartão em todos os formulários do  
187 produto; (viii) telesaque, vedada a contratação por telefone (admite-se apenas oferta acompanhada  
188 de informações mínimas – valor do saque, juros, encargos e CET); (ix) saques no cartão até 70% do  
189 limite disponível. b) medidas junto ao INSS para informações mais claras no Demonstrativo de Crédito  
190 em Benefício e histórico de consignação do INSS (identificação do produto, banco e respectivo SAC);  
191 e, c) Campanha de orientação voltada a consumidores e *stakeholders*, esclarecendo o funcionamento



192 e características do produto. Informou que a FEBRABAN acompanha as reclamações que vêm da  
193 SENACON, dos PROCONs e do Banco Central, sendo que a partir dessas reclamações, criou-se um  
194 importante espaço de diálogo com a Ouvidoria do INSS e com o consumidor.gov.br. Destacou que o  
195 grande volume de reclamações levou a FEBRABAN a se reunir, novamente, com os bancos para  
196 discutir novas medidas visando o fortalecimento e aperfeiçoamento da autorregulação, a qual passou  
197 a enumerar: (i) qualidade das contratações: análise e validação dos contratos e demais instrumentos  
198 de formalização das operações de crédito consignado, independente análise feita pelo  
199 correspondente (novembro de 2020); (ii) restrição de remuneração: proibição de remuneração de  
200 novas operações de crédito consignado em prazo inferior a 90 dias contados da liquidação antecipada  
201 (dezembro de 2020); (iii) divulgação dos correspondentes excluídos: divulgação dos correspondentes  
202 definitivamente suspensos (jan. 2021); (iv) maior rigor na apuração da conformidade: alteração do  
203 índice de reclamações procedentes de 0,08% para 0,06% da carteira ativa (válido a partir de janeiro  
204 de 2021); (v) *workshop* com correspondentes para orientação e engajamento – dez/20; e (vi)  
205 responsabilização das correspondentes pessoas físicas (em estudo – medidas administrativas;  
206 certificação). Destacou o aumento do *rating* de reclamações para que o processo de apuração seja  
207 mais rigoroso e, ressaltou também, a ação de orientação para os correspondentes bancários, através  
208 de um *workshop* na *Web*, uma *Live* que já conta com mais de sete mil acessos. Prosseguiu  
209 informando que existe uma discussão junto às certificadoras, na busca de viabilizar uma forma de  
210 responsabilizar os correspondentes pessoa física (pastinhas), aplicando algum tipo de medida  
211 administrativa, a fim de contribuir para as boas-práticas de mercado. Falou que, no âmbito do comitê,  
212 foi aprovado um plano de monitoramento que avalia as reclamações que chegam por meio do “Não  
213 me Perturbe”, para saber se os bancos realmente estão suspendendo o relacionamento com aqueles  
214 correspondentes que foram suspensos, além da criação de questionários com os bancos para  
215 acompanhamento de forma permanente. Pontuou que o “Não me Perturbe” tem atualmente, mais de  
216 1.200.000 consumidores cadastrados para não receber ofertas de consignado e que o prazo para  
217 que esse bloqueio ocorra é de até 30 dias. Mostrou que, desde a criação da autorregulação do  
218 consignado, já foram impostas 247 medidas administrativas aos correspondentes, sendo que nove  
219 foram de suspensões permanentes. Finalizando sua apresentação, destacou a grande campanha de  
220 orientação ao consumidor, desenvolvida juntamente com os bancos e veiculada na TV aberta e em  
221 mídias digitais, e que teve o grande influenciador e garoto-propaganda, o ator Ary Fontoura, dada a  
222 sua empatia e diálogo com aposentados e pensionistas. Concluiu afirmando que esse conjunto de  
223 medidas visa a redução do número de reclamações, bem como tornar a oferta de consignado mais



transparente, de modo que atenda às necessidades dos consumidores brasileiros. Após a apresentação, o Sr. Presidente franqueou a palavra aos conselheiros. De pronto, o Sr. Fernando Dantas parabenizou a iniciativa, destacou sua importância para frear o assédio que tanto prejudica os aposentados e, perguntou ao Sr. Amaury se ele tinha conhecimento de uma oferta na modalidade de cartão sem anuidade, que cobra um percentual do valor utilizado por ocasião de compras realizadas. Em resposta, o Sr. Amaury Martins aduziu desconhecer tal prática e solicitou que lhe fosse enviado mais informações sobre o caso. O Sr. Ênio Mathias corroborou que fosse indicado também a instituição. Aduziu a importância de se estudar o caso e retornar aos membros do Conselho as informações. Na sequência, o Sr. Evandro Morello perguntou como a FEBRABAN e a ABBC avaliam a atuação das “pastinhas” após a elevação da margem consignável para 35% e solicitou que seja disponibilizado um canal de comunicação, que facilite o diálogo e o comunicado de irregularidade no crédito consignado, entre os aposentados e o INSS. Em resposta à solicitação do Sr. Evandro Morello, o Sr. Alessandro Roosevelt disse que o pedido será avaliado, mas adiantou ser possível sim, desenhar algo no site do INSS e no próprio aplicativo. Mostrando-se sensível ao pedido do Sr. Evandro Morello, o Sr. Ênio Mathias afirmou que também irá estudar uma forma de colaborar com esse *link* de comunicação. Vencido o tema, o Sr. Presidente convidou o Sr. Natal Léo para realizar sua exposição. De pronto, o Sr. Natal Léo foi incisivo ao indagar a respeito da manutenção da margem de 35% do consignado, alterada pela Medida Provisória nº 1.006 e, da manutenção do prazo de 30 dias para o desbloqueio do acesso ao crédito consignado. Na sequência, o Sr. Presidente esclareceu a importância de que se faça um debate sobre os tópicos elencados, por entender necessária a manifestação dos conselheiros, principalmente dos representantes de aposentados, pensionistas e empregados. Solicitando a palavra, o Sr. Evandro Morello perguntou sobre o número de contratos e o volume de recursos, referentes a operação de aumento da margem do consignado. Sem demora, o Sr. Ênio Mathias apresentou os dados, mostrando que, nos meses em que a medida esteve em vigor (outubro, novembro e dezembro), o montante financeiro mensal saltou de R\$ 8 bilhões para R\$ 10.7 bilhões. Em janeiro, após o retorno da margem consignável para 30%, esse volume caiu drasticamente em 50%, com um montante de apenas R\$ 4 bilhões. Em sua intervenção, o Sr. Ariovaldo de Camargo esclareceu que não existe estudo que comprove que a queda abrupta se deu por conta da redução da margem consignável. Acrescentou que seria precário tomar uma decisão sem que se tenha a informação instrumentalizada ou estudos efetivos sobre o assunto. Dito isso, informou seu posicionamento contrário em se discutir o aumento da margem, por falta de análise mais qualificada sobre o tema e sobre o endividamento dos segurados. O Sr. Natal Léo endossou as



256 palavras do Sr. Ariovaldo de Camargo e acrescentou ser preciso saber o que houve e se esses  
257 aposentados estão buscando empréstimos em instituições financeiras com juros abusivos, visto que  
258 a pandemia e as necessidades continuam. Antes de passar a palavra ao Sr. Obede Muniz Teodoro  
259 para manifestação, o Sr. Presidente passou a palavra ao Secretário Especial de Previdência e  
260 Trabalho para uma breve fala. O Sr. Bruno Bianco Leal pediu desculpas aos Conselheiros por não ter  
261 participado do início da reunião em razão de agendas conflitantes, porém informou que estava  
262 acompanhando. Ato contínuo, pediu ao Sr. Benedito Brunca que continuasse na condução da  
263 reunião. Esse passou a palavra ao Sr. Obede Muniz para manifestação que concordou com os  
264 apontamentos dos Srs. Ariovaldo de Camargo e Natal Léo e, sugeriu decidir sobre o ponto numa  
265 próxima reunião. Em sua intervenção, o Sr. Milton Baptista de Souza Filho salientou que concorda  
266 com a fala de seus companheiros, porém, informou que as entidades que representa (COOPERNAPI,  
267 SINDINAPI e Força Sindical), defendem o aumento da margem para 35%, contudo, disse que entende  
268 a posição das outras centrais, caso queiram aguardar mais dados para tomar um posicionamento.  
269 Ato contínuo, o Sr. Evandro Morello disse que é necessário o levantamento de dados para saber se  
270 os contratos firmados entre outubro e dezembro tem ligação com benefícios concedidos  
271 recentemente, após o período de bloqueio retornar para os 90 dias. Dando sequência, o Sr.  
272 Presidente esclareceu que, quanto ao prazo de 90 dias, o INSS tem competência para baixar uma  
273 instrução normativa e modificar o prazo para 30 dias. O Sr. Alex Sander Gonçalves concordou com a  
274 possibilidade de o conselho avaliar a proposta da diminuição para 30 dias, permitindo que o novo  
275 aposentado possa ter acesso ao consignado no período mais curto, tendo em vista que o motivo pelo  
276 qual a autorização se deu permanece. Com a palavra, o Sr. Leonardo Rolim explicou que a alteração  
277 de 30% para 35% da margem foge da alçada do INSS, uma vez que depende da edição de medida  
278 provisória. Todavia a redução do prazo de 90 para 30 dias, pode ser efetuada pelo INSS a partir de  
279 uma deliberação do CNPS, seguida de ato do INSS, autorizando a volta da redução do prazo que  
280 estava vigente até o fim de 2020. Após amplo debate, o Sr. Presidente colocou em votação a  
281 deliberação, no sentido da manutenção dos 30 dias após a concessão dos novos benefícios, para  
282 desbloqueio do acesso ao crédito consignado, com vigência até 31 de dezembro de 2021, com o  
283 seguinte texto: *“Recomendar que o INSS autorize a manutenção do prazo estipulado na Resolução*  
284 *nº 1.339, de 17 de julho de 2020, para que o beneficiário ou o seu representante legal, possam*  
285 *autorizar o desbloqueio dos benefícios concedidos após 30 dias, contados da data do despacho do*  
286 *benefício, para realização da operação de crédito consignado até 31 de dezembro de 2021”*. A  
287 deliberação foi aprovada à unanimidade. Quanto à manutenção da elevação da margem para 35%,



288 alterada pela Medida Provisória nº 1.006 de 1 de outubro de 2020, ficou acordado que seria feito  
289 debate mais aprofundado na próxima reunião do CNPS. Vencido o tema, o Sr. Presidente instou o  
290 último ponto de pauta “Revalidação da ampliação do prazo para recadastramento dos descontos em  
291 folha dos associados nos benefícios previdenciários”, tema solicitado pelo COBAP. De pronto, o Sr.  
292 Obede Muniz iniciou falando que a Instrução Normativa nº 110, de 3 de dezembro de 2020, trouxe  
293 um grande problema para os associados e associações, na medida em que se torna impossível  
294 cumprir o prazo determinado para o recadastramento, devido a pandemia e, principalmente, porque  
295 a grande maioria dos associados são pertencentes ao grupo de risco (maiores de 65 anos). Explicou  
296 que a COBAP representa mais de 35 milhões de aposentados e pensionistas e que, até o momento  
297 não foi possível revalidar meio por cento da demanda. Diante do exposto, propôs uma prorrogação  
298 do prazo até 31 de dezembro de 2023, medida que traria maior conforto e tranquilidade para os  
299 aposentados, evitando tumulto na hora do recadastramento. Sensível a questão, o Sr. Ariovaldo de  
300 Camargo endossou o pedido da COBAP e acrescentou que, por conta da pandemia, o ano de 2021  
301 já está praticamente perdido, visto que a vacina ainda não chegou para todos, principalmente para o  
302 grupo de risco. O representante da CONTAG, Sr. Evandro Morello explicou que a revalidação até o  
303 final de 2021, pelas circunstâncias do momento, se torna uma tarefa humanamente impossível, e  
304 concordou com a proposta de prazo até o final de 2023, em função da demora na regulamentação,  
305 pela pandemia, e pelo fato de não haver um horizonte que aponte para o fim dessa pandemia.  
306 Pontuou a dificuldade de se chegar até as pessoas, ou das pessoas irem até as entidades para  
307 efetuarem a revalidação no cenário atual. Sobre o tema, o Sr. Presidente explicou que, na reunião  
308 que os representantes tiveram com o Presidente do INSS, Leonardo Rolim, foi demonstrada uma  
309 grande preocupação do INSS em relação a dilação do prazo, pois há entendimento da área jurídica  
310 que este só poderia ser alterado por lei, visto ser originário de uma alteração na Lei nº 13.846, de 18  
311 de junho de 2019. Com a palavra o Sr. Natal Léo aclarou que não se trata de um pedido formal para  
312 alterar o artigo da lei, mas sim um pedido para que o CNPS encaminhe uma recomendação ao  
313 Congresso Nacional sugerindo a data limite de 31 de dezembro de 2023. Em complementação, o Sr.  
314 Evandro Morello esclareceu que o Conselho pode aprovar uma resolução que dê apoio a necessidade  
315 das entidades associativas participantes do CNPS, que atuam junto ao INSS para implementar  
316 política de previdência. Acrescentou que se trata de um pedido de sensibilização do governo para  
317 poder dar condições as entidades de poderem continuar trabalhando e se organizando nesse período  
318 de pandemia, até mesmo para cumprir aquilo que está determinado na lei. Com a palavra, o Sr.  
319 Leonardo Rolim reconheceu que o prazo é exíguo em função da pandemia e concordou com a



320 proposta de prorrogação. Explicou que o tema foi submetido à Procuradoria Federal Especializada  
321 do INSS – PFE e, mesmo com uma avaliação positiva, a alteração só poderia ser concretizada com  
322 mudança na Lei nº 8.213/1991, pelo Congresso Nacional. Dando sequência, o Sr. Presidente pontou  
323 que há unanimidade quanto a prorrogação, mas destacou a necessidade de se discutir o tempo a ser  
324 prorrogado, evitando que a medida seja vista como uma possível procrastinação. Na sequência, o Sr.  
325 Ariovaldo de Camargo solicitou ao Secretário Especial, Bruno Bianco, junto ao Leonardo Rolim,  
326 pudessem se movimentar, junto a Secretaria Especial de Fazenda no sentido de apoiar a questão,  
327 para evitar possível processo de bloqueio, ou tentativa de não permitir que o Congresso vote de  
328 acordo com aquilo que se está pretendendo. Solicitando a palavra, o Sr. Naron Gutierre sugeriu a  
329 edição de uma resolução registrando a posição favorável do CNPS ao pleito das entidades  
330 representativas dos aposentados e pensionistas para que, em virtude da pandemia do COVID-19,  
331 seja aprovada lei alterando o prazo limite previsto no § 6º, do art. 115, da Lei nº 8.213/1991, que trata  
332 da revalidação das autorizações de descontos de contribuições associativas, para 31 de dezembro  
333 de 2022, com a autorização de prorrogação posterior por mais um ano, por meio de ato editado pelo  
334 Presidente do INSS”. Fazendo uso da palavra, o Sr. Rafael Ernesto Kieckbusch concordou com a  
335 proposta de encaminhamento da resolução, desde que os prazos não fossem expressamente  
336 estipulados, evitando um embate direto com o Congresso Nacional. Com a palavra, o Secretário  
337 Especial de Previdência e Trabalho e Presidente do CNPS, Bruno Bianco Leal, declarou seu total  
338 apoio a proposta apresentada e se comprometeu a levar o pleito ao conhecimento do Ministro da  
339 Economia, ao Presidente da República e ao Congresso Nacional. Ato contínuo, o Sr. Ariovaldo de  
340 Camargo se comprometeu e convidou todos os representantes de associações a fazerem uma  
341 movimentação, no sentido de entregar nas mãos dos parlamentares a proposta aprovada no CNPS.  
342 Após amplo debate, o Sr. Presidente colocou em votação a seguinte proposta de redação: *“Registrar*  
343 *a posição favorável do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS, ao pleito das entidades*  
344 *representativas dos aposentados e pensionistas para, em virtude da pandemia do COVID-19, seja*  
345 *aprovada lei alterando o prazo limite previsto no § 6º do art. 115 da Lei no 8.213/1991, que trata da*  
346 *revalidação das autorizações de descontos de contribuições associativas, para 31.12.2022, com a*  
347 *autorização de prorrogação posterior por mais um ano, por meio de ato editado pelo Presidente do*  
348 *INSS”*. Por maioria, a proposta foi aprovada, ficando consignado em Ata a abstenção do conselheiro  
349 Rafael Ernesto. Vencida a pauta, passou-se aos informes.



350 **IV – INFORMES**

351 O Sr. Milton Baptista aproveitou a oportunidade para informar o fim de seu mandato, se despedir de  
352 todos e agradecer pelo honroso tempo de convívio, desejando a continuidade do belo trabalho  
353 realizado pelo CNPS e, informou que a Sra. Tônia Galetti será sua substituta, representando o  
354 SINDINAPI e Força Sindical. O Sr. Presidente agradeceu a atuação do conselheiro junto ao Conselho  
355 e desejou sucesso em suas novas atividades. O Sr. Naron Gutierre informou que a cartilha de  
356 educação financeira foi publicada em sua versão final, após atender os pedidos e sugestões dos  
357 conselheiros. O Sr. Leonardo Rolim informou que, no último dia 5 de fevereiro, foi promulgado o  
358 Decreto nº 10.620, que transferiu para o INSS a competência para a concessão e a manutenção das  
359 aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da União, quanto das  
360 autarquias e das fundações públicas. Informou que o decreto estabelece o início do processo de  
361 centralização pelo Poder Executivo, facilitando o controle social e a transparência. Informou que o  
362 INSS já começou o processo de centralização, porque já administrava sua própria previdência. O Sr.  
363 Naron Gutierre informou que o Decreto nº 10.620 foi fruto de um grupo de trabalho composto pela  
364 Secretaria de Previdência, INSS e outros órgãos do Ministério da Economia. O Sr. Alessandro  
365 Roosevelt informou que a Portaria nº 1.267, de 12 de janeiro de 2021, veio para disciplinar e orientar  
366 sobre os procedimentos a serem adotados nos casos em que houver ocorrência de óbito do segurado,  
367 antes da conclusão do ano vigente e deixou separado de forma clara, como seria feito no caso do  
368 adiantamento do décimo terceiro.

369 **VI – ENCERRAMENTO**

370 Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a  
371 277ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS.